

A política do espetáculo: as novas formas de interação e suas potencialidades.

O caso do Exército Zapatista de Libertação Nacional e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Renato Francisquini

O desenvolvimento das novas tecnologias de informação dá novos contornos à percepção da realidade pelos indivíduos. A mídia produz, armazena e faz circular materiais importantes para aqueles que os produzem e aqueles que os recebem: informação. Nesse sentido, um dos objetivos deste trabalho será demonstrar que a reorganização dos meios através dos quais são produzidos os conteúdos simbólicos no mundo social é responsável por uma reestruturação da forma de interação social entre os indivíduos.

A linha a ser desenvolvida no texto parte da premissa de que os fenômenos sociais são resultados de ações intencionais realizadas em contextos sociais específicos. Os indivíduos agem dentro de campos de interação (Bourdieu) e perseguem fins objetivos, visando maximizar a sua influência sobre os resultados da interação. Alguns recursos, por outro lado, são acumulados coletivamente, em organizações que são base importante para o exercício de poder. A posição de cada indivíduo ou associação de indivíduos nesses campos se relaciona intimamente com os recursos disponíveis para sua ação (THOMPSON, 1998).

A partir do desenvolvimento dos meios de comunicação, especialmente no decorrer do século XX, houve uma modificação no ambiente político. As democracias contemporâneas caracterizam-se por uma esfera pública dependente dos meios de comunicação, espaço privilegiado para a difusão de opiniões, idéias e para o debate acerca dos mais variados temas. Diversos estudos foram e vêm sendo realizados – cunhando termos como “vídeopolítica” (SARTORI, 1989) – na tentativa dar conta de novas questões que surgem com a presença dos *media* e seus efeitos sobre a esfera política.

Neste trabalho optou-se por considerar que o ambiente mediático não é apenas um meio através do qual se difundem as informações sobre os assuntos públicos. A abordagem escolhida para lidar com o problema aqui proposto está vinculada ao sistema de arenas públicas (HILGARTNER & BOSK, 1988), considerado, este, um espaço para a veiculação e troca de argumentos a respeito de temas caros à vida social. Nesse sistema, os atores sociais (as associações da sociedade civil, a mídia, os políticos etc.) encontram-se em disputa por influência sobre o processo político e adotam estratégias diversas, de acordo com os recursos disponíveis, a fim de obter os resultados desejados, convertidos em leis e políticas públicas. No processo de elaboração dos argumentos que irão ascender ao sistema político, os atores constroem as suas preferências e, portanto, estão sujeitos também à influência das demais esferas que estão em interação no espaço público mais geral. A mídia, nesse contexto, apresenta-se como uma arena privilegiada, pois pode tornar visível a um grande número de pessoas um problema que antes ficaria restrito à esfera local (GAMSON et al., 1992). Os meios de comunicação de massa permitem que um número muito maior de atores possa contribuir para o debate, o que não seria possível se ele ficasse confinado ao espaço em que surgiu.

A sociedade civil, especialmente através de suas organizações, é um dos atores de destaque no jogo político democrático. Para estas associações, o acesso à mídia é fundamental no intuito de chamar a atenção de um público mais amplo do que as suas bases. O processo que levou a uma crescente separação entre imprensa e partidos políticos (MANIN, 1995) possibilitou que os movimentos sociais que não estão ligados diretamente a estes últimos ampliassem os seus graus de influência. Utilizando-se de estratégias diversas para chamar a atenção dos meios de comunicação, as organizações da sociedade civil lutam por ampliar seus recursos frente ao sistema político (SORJ, 2004).

O presente trabalho terá como objetivo discutir a relação entre as novas associações da sociedade civil e a mídia. Para tanto, serão analisadas as estratégias utilizadas pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional¹, no México,

¹ A partir de agora, EZLN.

e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra², no Brasil, no intuito de fazer ascender as suas reivindicações aos meios de comunicação. A escolha por estes movimentos deve-se, em primeiro lugar, ao fato de se configurarem como associações que buscam agir externamente ao sistema político. Em segundo lugar, mas não menos importante, por se apresentarem como organizações que, sabidamente, se utilizam, ou já se utilizaram, de estratégias para ocupar o espaço público mediático.

Na primeira parte, serão exploradas a crescente mediatização da sociedade e as implicações desse processo para a prática política. Nessa seção será discutido o tema mais abrangente da ascensão dos meios de comunicação de massa como instrumentos da construção e representação da realidade social e mais especificamente da utilização, pelos atores políticos, da visibilidade pública disponibilizada por esses meios.

Na segunda parte será feita uma discussão sobre o novo associativismo na América Latina e sobre a utilização de ações estratégicas, por parte dos grupos organizados da sociedade civil, para trazer à tona suas reivindicações.

A terceira parte será o espaço para a discussão das associações escolhidas para o presente trabalho. Nesse sentido, serão apresentadas as suas principais reivindicações e as estratégias utilizadas por cada um deles, em uma perspectiva comparada. Com isso, procurar-se-á analisar as ações políticas levadas a cabo pelo EZLN e MST no intuito de chamar a atenção da mídia para as suas demandas. A hipótese é de que a utilização da mídia não se configura como um esvaziamento do debate político, mas tão somente como uma adaptação às novas formas de sociabilidade.

1ª Parte: A mediatização da sociedade e a política

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa trouxe ao menos uma grande transformação para os padrões tradicionais de interação social: permitiu aos indivíduos estabelecerem relações dialogais sem a necessidade da presença deles no mesmo ambiente físico – proporcionando,

² A partir de agora, MST.

assim, aos indivíduos a possibilidade de agirem e reagirem a eventos ocorridos em locais distantes (THOMPSON, 1998).

Para dar conta dessa nova forma de “interação”, Thompson (1998) cunhou o termo “quase-interação mediada”. Para ele, o caráter essencialmente monológico da comunicação mediatizada, e o fato de ser uma produção de formas simbólicas que terá como interlocutores uma quantidade praticamente inestimável indivíduos, não permitiria que fosse considerada uma interação em seu sentido lato. Entretanto, não se pode deixar de lado que, mesmo não estabelecendo uma relação diretamente dialógica, as informações difundidas pela mídia, em muitos casos, não têm apenas uma via. Se, por um lado, é difícil criar um debate direto, a troca de argumentos pode se dar entre duas mídias distintas, ou mesmo entre uma edição e outra de um mesmo jornal. Não se deve esquecer, também, que algumas das novas tecnologias permitem, sim, uma interlocução direta (Internet, tv digital etc.)³. Além disso, embora não haja interferência direta dos receptores sobre os produtores, estes últimos orientam a produção do conteúdo a ser veiculado nos meios para aqueles que, imaginam, receberão a informação. A imprensa é uma empresa e o seu produto é a informação. Portanto, seus editores procuram selecionar aqueles conteúdos que, acreditam, terão maior aceitação por parte daqueles que compram e daqueles que patrocinam o jornal. Em outras palavras, existe certo grau de influência indireta do público sobre os conteúdos veiculados pela mídia.

A partir das questões levantadas até aqui, vale a pena indagar: quais as conseqüências desse fenômeno para o campo político? Com as transformações tecnológicas e sociais, os *media* consolidaram-se como instituição própria do debate público, o que acabou forçando os atores presentes em tal debate a redefinir suas estratégias comunicativas. Nesse sentido, a emergência da mídia como instituição própria da difusão dos assuntos públicos na sociedade de massas modificou a relação entre os cidadãos e a política. Dessa forma, o próprio funcionamento do sistema político nas democracias modernas, até certo ponto,

³ Ainda que se admita que os meios de comunicações tradicionais permitissem um diálogo, há uma diferença qualitativa fundamental: a possibilidade de atingir um público infinitamente maior e pouco específico.

passa a ser influenciado pelos meios de comunicação de massa. Todos estes indícios apontam para uma substancial mudança no jogo político (RUBIM, 1994).

No esquema proposto por Manin (1995), o estágio atual do governo representativo seria denominado “democracia de público”. Este autor chama a atenção para o papel essencial dos meios de comunicação, que teriam alterado a natureza da representação ao permitir que os políticos se dirijam diretamente aos eleitores, sem a necessidade da mediação dos partidos ou de uma interação presencial. A imprensa não possui mais uma orientação partidária, pelo menos oficialmente, o que faz com que os cidadãos fiquem expostos a opiniões conflitantes, mudando as suas próprias preferências de forma razoavelmente constante. As outras diversas esferas da sociedade têm, nesse sentido, a oportunidade de também fazer ascender as suas demandas à mídia – procurando chamar a atenção da “opinião pública” –, já que os partidos, como poderá ser mais bem discutido na próxima seção, não dão conta de reivindicações – entre as quais, algumas de que eles davam conta – presentes na esfera pública.

Entretanto, deve-se chamar a atenção para o fato de que a presença dos meios de comunicação na política não se restringe ao monopólio do ato de tornar público. A mídia possui alguns recursos que a tornam uma das arenas importantes no jogo político: entre eles, destaca-se o controle do agendamento dos temas mais relevantes politicamente; a moldagem dos atores (individuais ou coletivos) através da construção de imagens sociais; e, sintetizando os dois primeiros, composição dos cenários políticos (THOMPSON, 1998; RUBIM, 1994). Os meios de comunicação tornam-se, nesse sentido, uma importante arena **de e na** disputa política, e os diversos atores procuram elaborar estratégias no sentido de controlar a agenda mediática, modificando, por isso, seus discursos, no intuito de adaptá-los ao que é considerado noticiável.

Teria-se, portanto, um sistema de esferas públicas periféricas, formado pelos diversos grupos políticos e da sociedade civil (partidos, mídia, grupos de pressão etc.), em contínuo debate e mobilizando os recursos disponíveis para exercer alguma influência sobre as decisões do sistema político-administrativo. Destaca-se a dinâmica argumentativa desse processo de deliberação. Tal

processo não é apenas cooperativo, pode conter conflitos entre versões diferentes sobre o mesmo tema. Nele, as preferências podem ser construídas⁴ durante o debate público⁵.

Parte da literatura afirma que o fato da mídia apresentar-se como *lócus* da discussão sobre os assuntos públicos, seria responsável por certo esvaziamento do debate político centrado na racionalidade – Weber (1996), por exemplo, tratando das campanhas políticas, acredita que a imagem torna-se muito mais importante do que o conteúdo da comunicação política, e que há uma desideologização dos argumentos, que são apresentados de forma fragmentada para se adaptar à lógica mediática. Polêmica, esta, que remonta à suposta dicotomia entre forma e conteúdo, uma discussão de antiga cepa filosófica. Alguns autores denominaram este fenômeno de “espetacularização da política” (SCHWARTZENBERG, 1977; DÉBORD, 1997). Sennet (1998) justifica sua visão pessimista em relação a adaptação da política à sociabilidade moderna pelo fato de que os atores políticos passariam a depender do aparato tecnológico presente na mídia. Caminharia-se, então, para um detrimento dos debates centrados na racionalidade, partindo para discussões muito mais centradas em apelos para a subjetividade, característica da linguagem mediática.

Contudo, não se deve confundir mediatização com espetacularização da política. Mesmo que ambos os processos estejam associados à ascensão da mídia como importante arena pública do jogo político, eles são fenômenos distintos. Enquanto a mediatização corresponde à veiculação de argumentos pela mídia, a espetacularização apresenta-se como uma forma específica de enquadramento das informações, ligada a uma nova dimensão pública, própria da

⁴ Não está no escopo do presente estudo aprofundar na discussão referente à formação das preferências dos cidadãos. Parte-se do pressuposto de que elas não são dadas de antemão. Por outro lado, os indivíduos não se encontram em um vazio sociológico. As suas preferências seriam, portanto, influenciadas por diversos fatores ligados à sua socialização. “Meu caminho pelo mundo eu mesmo traço/ A Bahia já me deu régua e compasso” (metáfora utilizada pelo professor Fabio Wanderley Reis).

⁵ O termo “debate público” deve ser compreendido aqui de uma forma mais ampla, ou seja, incluindo os processos que ocorrem paralelamente à veiculação de versões sobre os assuntos. Entre eles podemos citar, por exemplo, a mobilização das bases para atos públicos e a execução de atividades no intuito de chamar a atenção para a sua reivindicação.

sociabilidade contemporânea, que pode se dar através de interações não presenciais (RUBIM, 1994).

Tendo em vista tais distinções, optou-se por focar a análise sobre os esforços de atores políticos não-estatais para tornar visíveis, através dos meios de comunicação de massa, as suas demandas à arena política. Esforços estes que podem ser considerados espetáculos políticos, pois envolvem a mobilização de um grande número de pessoas e têm por objetivo atrair a atenção dos profissionais responsáveis por escolher o que será noticiado e como os assuntos serão veiculados nos meios de comunicação (agendamento dos temas e enquadramento da informação, respectivamente).

A política se faz de idéias e atos que, em sua origem, encontram-se fora do ambiente mediático, mas que poderão transitar por essa arena em um determinado momento, sob a forma de “espetáculo” ou não. (RUBIM, 1996). De toda forma, não se deve afirmar que a política não realize as suas finalidades nos momentos em que se apresenta sob a forma de um “espetáculo”. O movimento ambientalista *Greenpeace*⁶, por exemplo, se utiliza largamente de ações que podem ser consideradas espetaculares – expondo as possíveis conseqüências da devastação de florestas através da expansão das fronteiras agrícolas – e que têm como resultado a instalação de um debate público sobre o tema.

Na próxima seção será brevemente discutido o novo associativismo latino-americano, o que servirá de subsídio para a discussão final sobre o movimento neozapatista e o MST e os recursos mobilizados por eles para exercer influência sobre as decisões políticas.

2ª parte: A “sociedade civil”

Por um longo período, a relação entre representantes e representados se baseava em uma identificação bastante estável entre os últimos e os partidos políticos. Os diversos partidos representavam as clivagens presentes na própria sociedade e os programas propostos aos eleitores eram compromissos assumidos

⁶ Interessante notar que os Partidos Verdes, em geral, têm pouco peso nos parlamentos mundo afora.

com eles caso chegassem ao poder. As clivagens, nesse modelo, tendiam a ser previamente estabelecidas, já que cada partido representava determinadas classes sociais e as preferências políticas eram orientadas por fatores socioeconômicos. O voto era, então, uma expressão da identidade de classe, e mais ainda, uma competição entre setores sociais em conflito, conseqüência da industrialização e do conflito de classes por ela gerado (MANIN, 1995).

Para compreender a ascensão dos novos movimentos da sociedade civil é preciso levar em conta a crise das ideologias socialistas e as novas formas de gestão empresarial – que debilitaram os movimentos sindicais e reduziram a relevância do proletariado industrial –, que culminaram com certa desradicalização da política partidária e da polarização histórica entre esquerda e direita. Os partidos políticos deixaram de ser os canais através dos quais os cidadãos expressam as suas preferências e tornaram-se muito mais administradores de pressões. Houve, nesse sentido, um descolamento entre a elaboração de “causas sociais” e a política partidária. Aqueles grupos que, antes, encontravam uma forma de pressão sobre o poder político nos partidos e associações sindicais a eles vinculadas, deixaram de ter um canal próprio para expressar as suas demandas. O fenômeno em questão trouxe, então, um novo ator ao jogo político: as novas organizações da sociedade civil, que passaram a ser considerados “representantes” dos setores marginalizados junto ao poder público (SORJ, 2004).

O período compreendido entre o final da década de 1970 e início dos anos 1990 é o momento da emergência do neoliberalismo como forma de resposta à crise então vivida pelo modelo capitalista. Na América Latina, este é o momento em que começa a se dar a transição para a democracia, após um largo período de governos autoritários, que marcaram a segunda metade da década de 1960 e a década de 1970. Não obstante houvessem falhas no estado democrático de direito, os cidadãos latino-americanos experimentavam um conjunto de liberdades políticas e sociais até então ausentes no imaginário da região. A sociedade tornava-se cada vez mais complexa e diferenciada. Os indivíduos passavam a ter maior mobilidade física e de identidade e, ao mesmo tempo,

verificava-se uma revalorização das identidades locais e étnicas (DOMINGUES, 2007).

Nota-se, na região, um aumento expressivo do número de associações civis, mesmo em países que não têm uma tradição de associativismo. Desde o período que marca o início da transição democrática, é possível observar uma pluralização da ação social, que traz à baila novos atores, com demandas também diferentes daquelas ligadas à luta pela integração de grupos ainda marginalizados no mercado político (AVRITZER, 1999). A partir do momento em que os partidos e o próprio Estado passam a não ser capazes de expressar as dimensões morais da política, esse discurso passa a ser transferido para a “sociedade civil”,

da qual a imprensa geralmente se apresenta como porta-voz e em cuja mobilização tem papel central, através da denúncia, em nome de “valores absolutos”, de comportamentos não-idôneos de homens e mulheres ou agências públicas (SORJ, 2004, p. 67).

Tal instância torna-se, portanto, para o imaginário social, detentora de virtudes e legítima expressão dos desejos de justiça, lutando tanto contra o mercado quanto contra o Estado. Nesse sentido, estão constantemente procurando formas de agir sobre o poder público, sem, no entanto, entrarem no sistema político. Alguns autores da teoria deliberativa (por exemplo, Cohen e Arato) adotaram os novos movimentos da sociedade civil como um ator que conviveria, sem se contaminar, ao lado dos interesses privados e políticos, e seria, com isso, uma dimensão fundamental da esfera pública. Segundo eles, ao possibilitar novas formas de participação e trazer novos temas para o debate público, a sociedade civil, através de suas organizações, seria uma forma de limitar as tendências à mercantilização e à burocratização da vida social, já que seriam regidos por uma racionalidade puramente comunicativa, tal como normativamente se espera da “esfera pública” (SORJ, 2004).

Tal análise possui ao menos um problema grave: deixa de lado que mesmo as instituições da sociedade civil não funcionam sob uma racionalidade apenas comunicativa. Sabe-se que, por vezes, as instituições da sociedade civil também sofrem a influência dos sistemas econômico e político. Muitas delas, inclusive, estão formalmente ligadas ao Estado. Além disso, se ela se apresenta

como uma dimensão da esfera pública, como admitir que algum grupo é representante de outros? Ademais, essas associações não possuem um processo formal e legítimo que as autorize a falar em nome de outros⁷ (idem).

Mesmo com ressalvas, é preciso admitir que as associações da sociedade civil foram responsáveis por uma pluralização da possibilidade de ação política. Os partidos e outros atores estatais têm nesses grupos uma importante fonte para conhecer as demandas que, de outra forma, ficariam restritas e impossibilitadas de ascender como temas públicos. Partindo-se do ponto de vista das mudanças sociais e culturais mais amplas, os movimentos sociais continuam exercendo um papel de propulsores dessas transformações (DOMINGUES, 2007).

Dito isso, na próxima parte se dará a apresentação dos movimentos escolhidos para este trabalho e um esboço dos recursos disponíveis para que os mesmos procurem exercer influência sobre o poder político através da veiculação de suas mensagens nos meios de comunicação de massa.

3ª parte: O EZLN, o MST e a política do espetáculo

3.1 – O EZLN

Em primeiro de janeiro de 1994, enquanto muitos mexicanos comemoravam a chegada do ano novo e a entrada em vigor do *North American Free-Trade Agreement* (Nafta), desciam das montanhas do pobre Estado de Chiapas milhares de mestiços e índios das mais diversas etnias, herdeiros de diversas culturas indígenas, para ocupar algumas localidades dessa região de fronteira com a Guatemala, sul do país. Eram os guerrilheiros do EZLN, com os rostos cobertos com *pasamontañas* e *paliacates*, que surpreenderam a sociedade e o governo mexicano. Em pouco tempo, a notícia estava estampada em vários jornais de todo o mundo. Durante os dois dias em que o EZLN ocupou a antiga capital do estado de Chiapas, *San Cristóbal de las Casas*, o sub-comandante Marcos, chefe militar e porta-voz do movimento, deu entrevistas a jornalistas que chegavam de todas as partes do planeta (ORTIZ, 2005).

⁷ No entanto, alguns grupos podem se sentir mais representados por associações que não possuem um processo de autorização do que por instituições, como os poderes legislativos, cujos representantes sejam escolhidos diretamente por eles e, nem por isso, lhes sejam responsivos.

Em suas negociações com o governo e através de comunicados veiculados na imprensa, o movimento procurou deixar claro que suas demandas não estavam restritas à região de Chiapas, mas se estendiam “a todos nossos irmãos e irmãs indígenas, camponeses e grupos marginalizados da Nação toda...” (EZLN, 1995). O que unia os diferentes grupos étnicos era a situação de exclusão gerada pela modernidade econômica e as reformas liberalizantes implantadas pelo então presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari, do PRI (*Partido Revolucionario Institucional*). Os zapatistas colocavam-se, então, em luta a favor de uma democracia *de facto*, contra o unipartidarismo sustentado pelo PRI (CASTELLS, 1999).

A mensagem teve grande repercussão na classe média urbana e em setores, como este, insatisfeitos com o alto grau de corrupção existente no sistema político mexicano. O emprego das armas, embora tenha sido levado às vias de fato, teve como principal repercussão a criação de um evento de mídia, responsável, por sua vez, pela ação dos setores que não estavam diretamente ligados à luta do EZLN (idem).

Os zapatistas fizeram uso das armas para transmitir a sua mensagem, e então divulgaram à mídia mundial a possibilidade de serem sacrificados no intuito de forçar uma negociação e adiantar uma série de reivindicações bastante razoáveis que, segundo pesquisas de opinião, tiveram grande apoio da sociedade mexicana em geral (ibid, p. 103)

Interessante notar que em pelo menos duas ocasiões, manifestações da sociedade civil e da mídia mexicana barraram conflitos armados entre governo e EZLN. O primeiro, em janeiro de 1994, na contra-ofensiva do governo contra os neozapatistas; o segundo, em fevereiro de 1995, quando o governo planejou um ataque aos chefes e simpatizantes do movimento, nos territórios sob controle deste. Tais fatos remontam a um importante atributo dos meios de comunicação de massa: a possibilidade de reagir a eventos que se dão a milhares de quilômetros de distância.

Essencial para atingir seus objetivos, foi a utilização da comunicação via computador no sentido de organizar uma rede de solidariedade que pudesse frear as intenções repressoras do governo mexicano. Talvez tenha sido essa a principal

razão pela qual o movimento conseguiu uma ampla repercussão internacional (ibid.).

Além disso, as alianças estabelecidas em todo o mundo através da Internet acabaram exercendo influência sobre a decisão do governo Salinas de, ao invés de reprimir, negociar e até mesmo aceitar algumas das reivindicações feitas pelos neozapatistas.

Desde a sua primeira ação política, portanto, os neozapatistas reconheceram a importância dos meios de comunicação como forma de fazer as suas demandas ascenderem como um tema público. Um exemplo disso encontra-se no comunicado escrito em homenagem ao aniversário de formação do movimento: "Repetimos hoje o que sempre falamos: não foi nem a bondade e inteligência do governo superior, como estupidamente se vangloriou o governo federal, nem a habilidade política e a maturidade do Exército Zapatista de Liberação Nacional, como alguns analistas pretendem, as que abriram passo ao diálogo: foram a informação e a mobilização do povo mexicano, sem distinção de classe, raça, religião ou gênero, que fecharam momentaneamente as portas da guerra..." (EZLN, 1995).

Por outro lado, a ação política do Exército Zapatista também se dá por outros meios: de tempos em tempos são realizados congressos para se discutir as diretrizes e outras práticas que não podem ser consideradas espetaculares, mas que acabam transitando em um momento pela mídia, já que o movimento tornou-se um fato noticioso.

Com isso, além de ter consolidado suas bases indígenas e camponesas, tornou-se um interlocutor de peso no jogo político mexicano. O país escondido pelo modelo neoliberal escancarou-se e trouxe à cena o México mais real, alterando a agenda pública da política mexicana.

3.2 – O MST

O MST é fruto da reunião de vários grupos de luta pela reforma agrária que promoveram invasões, já no começo dos anos 1980. Se não é possível identificar um momento que marca a primeira ação com grande repercussão deste

movimento, pode-se afirmar que em janeiro de 1984 foi dado o primeiro passo em direção à forma de ação política adotada pelo MST. Nesse momento ocorreu o seu primeiro encontro, em Cascavel, no estado do Paraná, e o número de representantes era de aproximadamente 80 pessoas, de treze estados diferentes. A partir daí o movimento passou a definir seus objetivos e a linha política a ser adotada. Já em 1985, ocorreu o primeiro Congresso Nacional do MST, desta feita na capital paranaense. Neste congresso a estabeleceu-se como palavra de ordem: “ocupação é a única solução!” (MST, 2001).

Segundo dados de 2001, o movimento está presente em 23 dos 26 estados da federação, sendo capaz de organizar, simultaneamente, manifestações em até vinte capitais. Embora não seja o único movimento de luta pela terra – existem vários outros movimentos, inspirados no MST ou dissidências dele; além do que, apenas um terço das ocupações realizadas de 1996 até 1999 tenha sido realizada pelo MST (FERNANDES, 1999) – uma análise dos meios de comunicação mostra que o maior espaço político é, sim, ocupado pelo ele (COMPARATO, 2001).

Durante as décadas de 1950 e 1960, a reforma agrária foi tema central na agenda política brasileira. A idéia era de que seria necessário levar a cabo um processo de desenvolvimento nacional baseado no fortalecimento do mercado interno e que gerasse bem-estar aos brasileiros. No entanto, o que se viu desde então foi um modelo de desenvolvimento para o campo voltado para a agricultura mecanizada, que expulsou uma enorme gama de pequenos trabalhadores rurais.

O retorno do tema à pauta só se deu efetivamente quando coincidiu com a luta pela redemocratização do país. Segundo Fideles (2001), “a luta pela terra somou-se ao ressurgimento das greves operárias (1978 e 1979) e à luta pela democratização da sociedade que ocorria em vários centros urbanos” (p. 73). No entanto, foi só em meados da década de 1990 que a questão agrária voltou a ocupar, de fato, um lugar central da agenda política brasileira. Dois acontecimentos foram responsáveis diretos pelo crescimento na preocupação do poder público com o movimento: o primeiro, não planejado pelo movimento, foi o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996; o segundo,

esse sim um esforço do MST para ganhar visibilidade pública, foi a Marcha a Brasília, organizada pelo movimento e que durou três meses, de fevereiro a abril de 1997⁸. Esta última obteve uma grande repercussão, inclusive internacionalmente. A rede norte-americana de televisão, *CNN*, deu bastante destaque ao protesto, em especial quando a Marcha se encontrava na capital federal. Mesmo não considerando a hipótese de receber os líderes do movimento até algumas semanas antes da chegada deles a Brasília, o então presidente Fernando Henrique Cardoso acabou sendo pressionado a ouvir as reivindicações dos sem-terra em audiência. Em outras palavras, parece que apenas quando o MST conseguiu que as suas demandas figurassem na agenda mediática, nacional e internacional, é que o movimento conseguiu exercer alguma influência sobre o governo federal.

Em uma análise dos editoriais de quatro grandes jornais brasileiros, Comparato (2001) mostra como o MST foi, progressivamente, ganhando importância na mídia. Se até 1996 a CUT era um tema freqüente desses editoriais, a partir de Eldorado dos Carajás e, especialmente, da Marcha a Brasília, o MST passou a ocupar uma posição de maior destaque na agenda mediática. Os esforços para chamar a atenção da mídia foram, portanto, bem sucedidos.

O senso de oportunidade do MST, ou seja, a habilidade que seus líderes têm em prever quais manifestações mobilizam mais a imprensa nacional, é um fator importante para a visibilidade do movimento nos meios de comunicação. O MST sempre organiza manifestações de massa, sejam elas marchas, acampamentos ou ocupações, pois, como afirmam seus líderes, essas são a melhor maneira de evitar a repressão aos manifestantes. O mais importante, contudo, é que cada passo sempre leva em conta o apelo jornalístico, pois os estrategistas do MST sabem muito bem que um acampamento à beira de uma rodovia tem muito mais visibilidade do que no interior das terras, do mesmo modo que montar um acampamento provisório em frente ao palácio do governo, ou diante de órgãos do governo ou agências bancárias, garante presença no noticiário da televisão e nos jornais (COMPARATO, 2001, p. 111).

No documento intitulado “Por uma política de comunicação do MST”, o movimento apresenta a concepção de comunicação que busca realizar com os seus atos. De acordo com Fideles (2001), o texto mostra que é uma preocupação

⁸ Às vésperas da chegada do movimento em Brasília, foi lançado o livro “Terra”, com fotos de Sebastião Salgado, letras de músicas de Chico Buarque e textos do escritor José Saramago. Este fato também teve um papel importante na construção da imagem do MST (Fidelis, 2001).

do movimento projetar nos meios de comunicação as suas ações e os resultados das mesmas, no intuito de levar a público a defesa da reforma agrária. Supondo que a apropriação da mídia por aqueles que detêm o poder político seria uma forma de dominação das classes burguesas, o MST tenta, com as suas ações, se contrapor a essa forma de exercício do poder.

Assim como o EZLN, o MST também não apresenta pretensões de chegar ao poder ou de se tornar um partido político. Em entrevista ao Jornal do Brasil, em 21 de maio de 2000, um dos líderes do movimento, João Pedro Stédile, reafirmou não ter como objetivo se eleger como representante no Congresso Nacional. Segundo ele, o objetivo do MST é a mobilização de massas e a pressão exercida por essa estratégia sobre o poder político estabelecido.

Considerações finais

Uma das características importantes das novas associações da sociedade civil está relacionada ao fato de serem uma arena que não está diretamente ligada ao sistema político ou a partidos. EZLN e MST atuam a partir de uma esfera que não se localiza dentro do quadro institucional. Ambos os movimentos procuram destacar esse aspecto e reafirmam que não pretendem atuar dentro desse sistema, querem apenas exercer influência sobre ele (FIDELES, 2001; CASTELLS, 1999).

A intenção até aqui foi discutir como tais movimentos, tomados como arenas públicas buscando exercer influência sobre o sistema político, lançaram mão de seus recursos no intuito de fazer ascender as suas demandas à esfera de visibilidade proporcionada por uma outra arena, os meios de comunicação de massa.

Tanto o EZLN quanto o MST se utilizaram de estratégias de comunicação que visavam dar às suas demandas visibilidade, como forma de obter apoio junto à opinião pública para que as suas reivindicações ganhassem um caráter de legitimidade junto ao sistema político. Tendo em vista que diferentes atores – indivíduos ou grupos – competem, utilizando os recursos que lhes são oferecidos, pela ocupação da arena mediática, nota-se que as estratégias de espetáculo

político utilizadas pelos movimentos aqui analisados não teriam sido responsáveis por um esvaziamento do debate racional, como pressupõem alguns críticos dessa forma de ação. Além disso, se em um primeiro momento as ações responsáveis por chamar a atenção da mídia – a ocupação levada a cabo pelo EZLN em janeiro de 1994 e a Marcha a Brasília do MST em 1997 – tiveram um caráter espetacular, outras formas de reivindicação também passaram a ocupar o espaço mediático sem ter de recorrer a esse método. É o caso dos congressos e encontros realizados pelos movimentos no intuito de discutir as suas diretrizes e assuntos diversos relacionados à política nacional.

Vale a pena chamar a atenção para o fato de que o EZLN parece ter conseguido uma maior inserção internacional do que o MST. Esse fato remonta a um tema que foi discutido da seção 3.1. O movimento mexicano optou por investir mais na Internet, meio que permite difundir informações a todo o mundo quase que instantaneamente, e ainda possibilita que vários indivíduos dialoguem entre si em tempo real, seja qual for a distância entre eles.

De qualquer forma, mesmo não investindo tanto nessa estratégia, o MST, assim como o EZLN, foi bem-sucedido em trazer para a agenda governamental a preocupação com as suas reivindicações. Cabe notar que apenas quando estas passaram a figurar com mais centralidade na agenda mediática é que o mesmo aconteceu na agenda política dos governos de Brasil e México. Ou seja, pelo menos em parte, os casos aqui analisados fizeram dos meios de comunicação uma importante porta de entrada para o sistema político. Se a esfera pública apresenta-se, em grande medida, dependente da mídia, então essa é, de fato, uma porta de entrada que pode ser explorada como forma de exercer poder e mesmo como um advento para ampliar as bases da democracia.

Todos esses indícios apontam para o fato de que a política não se esvazia necessariamente com a crescente importância dos meios de comunicação. Em primeiro lugar porque uma grande parte dela se faz longe destes meios e, depois, porque, mesmo na mídia, a política pode se realizar sem perder em conteúdo. Modificam-se as formas de interação entre os cidadãos e o sistema político, assim como se modificam as formas de interação em sentido

mais geral nas sociedades contemporâneas. Os meios de comunicação oferecem novas possibilidades de ação para os movimentos que interagem e competem para tornarem as suas demandas assuntos de interesse público.

Bibliografia

AVRITZER, Leonardo. El nuevo asociacionismo latinoamericano y sus formas públicas: propuestas para un diseño institucional. In: OLVERA, Alberto (org.) *La sociedad civil: de la teoría a la realidad*. México, D.F.: El Colegio de México, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Terra e Paz, 1999.

COMPARATO, B.K. **A ação política do MST**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2001.

CUNHA, E. **Os sertões**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.

DAHL, Robert, **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.

DÉBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOMINGUES, José Maria. **Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades**. In: Observatório Político e Social Latino-Americano (OPSA). Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FERNANDES, B.M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1999.

FIDELES, Soraya R. de O. **Plantando notícias**: Um estudo comparativo entre as estratégias de comunicação do MST e da CONTAG no campo midiático. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 2001.

FUKS, Mário. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

GAMSON, William. *Talking politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HILGARTNER, Stephen; BOSK, Charles. *The rise and fall of social problems: a public arenas model*. *American Journal of Sociology*, v. 94, nº 1, p. 53-78, 1988.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 29: 5-34 1995.

ORTIZ, Pedro Henrique Falco. Das montanhas mexicanas ao ciberespaço. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, 2005.

RUBIM, Antônio A. C. “Configurações da Política na Idade Mídia: o Neo-Zapatismo” apresentado na V Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPÓS. SP, maio de 1996.

_____. Mídia e política: transmissão de poder. In: MATOS, Heloiza (Org.). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Scritta, 1994.

SARTORI, Giovanni. Videopolítica. In: *Rivista Italiana de Scienza Política*, v. 19, n. 2, 1989.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gerárd. **O estado espetáculo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SORJ, Bernardo. A sociedade civil, as ONGs e a globalização das agendas sociais. In: _____ **A democracia inesperada**. Cidadania, direitos humanos e desigualdade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

WEBER, Maria H. Mídia e eleições: relações (mal)ditas. In: FAUSTO NETO, Antonio; PINTO, Milton José (Orgs.). **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 11-29.

Sites

www.ezln.org.mx
www.mst.org.br
www.scielo.org